

Simonsen prega expurgo de subsídios e salários

O ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, defendeu ontem o expurgo dos subsídios, dos impostos indiretos e dos produtos importados do cálculo das correções monetária, cambial, e dos reajustes salariais como única forma de colocar ordem no que chamou de *front interno* da economia do País, já que, no seu entender, no externo, está havendo um esforço sério e coerente com alguns resultados positivos.

Com esta medida, além da unificação dos orçamentos da União (fiscal, monetário e das estatais) em um só a ser aprovado pelo Congresso Nacional, será possível, de acordo com o ex-ministro, retomar já a partir do próximo ano um crescimento sadio após a "borrasca" de 1982.

No *front externo* da economia, observou Simonsen, ao contrário do que ocorreu em 1979, desta vez os efeitos da máxi não serão erodidos. Este fato, inegavelmente, trará reflexos positivos sobre a balança comercial do País. De tal sorte que, ao final do ano, o superávit será suficiente para mostrar ao FMI e ao Sistema Financeiro Internacional que "tratamos com seriedade os problemas do nosso balanço de pagamentos".

Durante sua longa conferência, intitulada "Perspectivas da Economia Brasileira para 1983", feita no Caesar Park Hotel durante um encontro de empresários promovido pela RRCA Desenvolvimento & Empresarial e Tsukamoto Associados, Simonsen disse que decretar moratória sem dinheiro em caixa não é bom negócio para o País, porque ela parecerá mais uma falência do que uma concordata.

A propósito, lembrou o caso do México que, apesar da abundância de petróleo, não pôde evitar, em consequência da moratória, um recuo de 6% no seu Produto Interno Bruto (PIB) e um avanço da inflação de 25 para 100% no ano passado.

Sobre a possibilidade de o Brasil pedir mais empréstimos no segundo semestre, previsão que ele classificou de temerária, mas não impossível, declarou preferir fazer uso de algumas válvulas de escape que podem ser utilizadas, como, por exemplo, a transferência de recursos dos projetos 3 e 4, segundo ele superdimensionados para o projeto 1.

Além disso, o Brasil pode hoje — lembrou Simonsen — importar petróleo com prazo de seis meses para pagar. Isso pode significar uma economia de divisas da ordem de US\$ 2,2 bilhões em seis meses, se metade do óleo necessário for comprado a prazo, pois a previsão de dispêndios com a importação deste produto para o ano todo é de US\$ 8,8 bilhões.

JUROS E SALÁRIOS

A adoção da correção monetária, inicialmente no valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs), depois no Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e finalmente na correção dos salários, é responsável hoje, de acordo com o ex-ministro do Planejamento, por aquilo que chamou de "uma lei da gravidade ao contrário, ou seja, para cima todo demônio ajuda". Em outras palavras — explicou Simonsen —, a correção monetária, cambial, e a dos salários por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) faz com que os juros reais pagos pelas empresas sejam superiores aos de mercado, "correção monetária mais 25/30% ao ano", porque seus ativos se valorizam muito menos do que as ORTNs. "Ora, argumentou o ex-ministro, num ano como o de 83, em que houve uma máxi e a diminuição do nível de subsídios, isso funciona como uma verdadeira máquina de desemprego."

Para Simonsen, o único beneficiado com a atual lei salarial é o aposentado, porque não pode ser demitido.

"Por que acham que me demiti?"

Perguntado ontem durante o almoço, no Caesar Park Hotel, por que não havia, na sua gestão, como ministro do Planejamento, unificado os três orçamentos da União numa só peça, a ser aprovada pelo Congresso Nacional, Simonsen respondeu: "E por que você acha que me demiti?"

O ex-ministro acrescentou ainda que no governo Geisel, quando ele era ministro da Fazenda, e João Paulo dos Reis Velloso, ministro-chefe da Secretaria do Planejamento da Presidência da República (Seplan), não havia clima para unificar os orçamentos federais (fiscal, monetário e o das estatais) e submetê-los à votação do Congresso.

Posteriormente, já no governo Figueiredo, quando passou da Fazenda para a Seplan, ele tentou unificar os orçamentos, mas, não tendo conseguido seu intento, demitiu-se em agosto de 1979.

Simonsen acredita ser hoje perfeitamente possível unificar os orçamentos e submetê-los à aprovação do Congresso. O sistema atual, disse, facilita ao governo aumentar as despesas com maior emissão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN — e de Letras do Tesouro Nacional — LTN —, o que, direta ou indiretamente, acaba sendo pago pela sociedade. Os orçamentos dispersos (atualmente apenas o fiscal é apreciado pelo Congresso) levam, de acordo com Simonsen, a acumular déficits cada vez maiores. Por esse motivo, ele acha que a unificação dos orçamentos e a sua aprovação pelo Congresso é um direito democrático da Sociedade.

O ex-ministro do Planejamento declarou também ser contra a substituição dos atuais responsáveis pela política econômica, pois isso poderia afetar a credibilidade do governo no Exterior.